CORREIO CENTRO-OESTE

JOEL RODRIGUES/AGÊNCIA BRASÍLIA



MPDFT pede redução de 80 km/h para 60 km/h e outras ações

Justiça do DF determina redução do limite de velocidade no Eixão

A Justiça do Distrito Federal determinou que o limite de velocidade do Eixão caia de 80 km/h para 60 km/h e que seja elaborado um projeto de mobilidade com semáforos para pedestres. A decisão atende a pedido do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) e prevê multa diária de R$ 10 mil por descumprimento. As obrigações cabem ao DF, à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), ao Departamento de Trânsito (Detran-DF), ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), à CEB e ao Serviço de Limpeza Urbana (SLU). O novo limite deverá valer em 60 dias, inclusive no Trevo de Triagem Norte, com sinalização em 30 dias. O projeto deverá ser apresentado em 180 dias, prazo para a realização das audiências públicas. Os órgãos terão 60 dias para apresentar o plano de limpeza, drenagem, iluminação e segurança das passagens subterrâneas e outros 60 dias para executá-lo.

DF terá o plantio de 10 mil mudas nativas

O Distrito Federal terá o plantio de 10 mil mudas nativas do Cerrado em 22 regiões administrativas, em 6 de dezembro. Pela primeira vez, as mudas serão georreferenciadas, e os dados serão inseridos no Sistema Distrital de Informações Ambientais (Sisdia). A ação deve reunir cerca de 2 mil pessoas em unidades de conservação e parques. Para preparar a atividade, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema-DF) realizará, na quinta-feira (19), das 14h às 18h, o Seminário Dia de Plantar – Edição 2026, na sede da pasta.

DIVULGAÇÃO/SEMA-DF



Pela primeira vez, as mudas serão georreferenciadas por satélite

TJDFT condena TIM por contatos excessivos

Dois consumidores receberão indenização por danos morais após mais de 200 contatos comerciais, mesmo depois de mudarem de operadora. A 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve a decisão que proíbe novas abordagens. Os clientes cancelaram um plano após falhas na internet, mas receberam chamadas durante reuniões e períodos de descanso. A TIM S.A. alegou falta de provas. O colegiado considerou que os registros mostraram contatos sucessivos com ofertas da empresa.

Mais de 1 mil podem ter a CNH suspensa no DF

O Detran-DF informou que 1.063 condutores podem ter o direito de dirigir suspenso. A penalidade varia de dois a 12 meses. De janeiro a novembro, 23.460 motoristas receberam a sanção. Desse total, 16.510, ou 70,4%, respondem a processos por dirigir após consumir álcool ou por recusar o teste do bafômetro. A relação também inclui casos de excesso de velocidade, rachas e condução de motocicleta sem capacete.

Nova sede eleitoral

O Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35/2026, que autoriza crédito especial de R$ 41 milhões para o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. O recurso será usado na compra de um imóvel para a nova sede do Fórum Eleitoral de Goiânia, que reunirá os nove cartórios eleitorais e unidades administrativas.

Comunidade rural

Moradores da Comunidade Café Norte, em Colíder (MT), terão acesso a serviços da Justiça Eleitoral na quinta-feira (19), das 8h às 16h, na Escola Estadual. O Cartório da 23ª Zona Eleitoral oferecerá emissão do primeiro título, regularização cadastral, transferência eleitoral e coleta biométrica durante o Mutirão Rural do Cadastro Único.

Chapéu rural é reconhecido

O chapéu rural foi reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso do Sul pelo Decreto Legislativo 814/26 da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Alems). A norma prevê que a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS) formalize o registro e apoie pesquisas sobre a história e os usos do item.

Vapt Vupt rotativo

O Vapt Vupt Unidade Rotativa estará em Anápolis (GO), Goiânia (GO), Posse (GO) e Novo Brasil (GO). Até o próximo dia 27, das 8h às 16h, serão oferecidos mais de 130 serviços digitais e emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), sem agendamento e por ordem de chegada. A ação ocorre em parceria com órgãos públicos locais.

Aprovação de contas

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) aprovou, por unanimidade, as contas de 2025 do prefeito Osmar Froner (União) à frente de Chapada dos Guimarães (MT). Durante a análise, o relator apontou o cumprimento dos índices constitucionais e os investimentos públicos realizados pela prefeitura ao longo do exercício.

Superlotação em presídio

A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul identificou superlotação, falhas na assistência à saúde, problemas na alimentação e relatos de agressões no Presídio de Trânsito de Campo Grande (MS). A equipe ouviu internos em 17 celas. Segundo a administração, havia 610 pessoas para 176 vagas, ocupação de 346,6%. Em 2023, eram 403 custodiados.

BRUNA ARAÚJO/MEC



A redação teve como tema "A valorização do SUS como direito universal"

DF: reações ao pedido de anulação da redação do Enem

Escola Sem Partido alega politização; sindicatos rebatem a acusação

Por **Mateus Lincoln**

A Associação Escola Sem Partido entrou com uma ação na Justiça do Distrito Federal contra o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pedindo a anulação da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aplicada no último dia 8.

O tema proposto foi "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal". Para a associação, a palavra "valorização" pressupõe a apreciação positiva do sistema e coloca em desvantagem aqueles que não compartilham dessa posição.

Para o advogado Miguel Nagib, fundador do Movimento Escola Sem Partido, a avaliação deve medir capacidade de argumentação e elaboração textual, sem exigir concordância política.

Segundo ele, é possível reconhecer o direito à saúde e avaliar que o modelo brasileiro não merece ser valorizado, por suas falhas ou pela preferência por outra forma de prestação de serviços.

"A liberdade de expressão não protege apenas as opiniões consideradas razoáveis ou socialmente aceitáveis", declarou Nagib. Ele sugeriu "O papel do SUS na garantia do direito à saúde no Brasil", tema que permitiria diferentes avaliações sobre o sistema.

O deputado distrital Jorge Vianna (Democrata), técnico de enfermagem e presidente da Comissão de Saúde da União Nacional dos Legisladores e Legislativas Estaduais (Unale), afirmou que a questão alcança diferentes classes sociais e não está vinculada a uma corrente partidária.

"Tanto quem é da direita quanto quem é da esquerda tem por obrigação saber a importância desse sistema para o Brasil, das garantias e dos direitos", declarou. Para Vianna, a proposta permite indicar o que precisa ser aprimorado no atendimento público.

O Sindicato dos Enfermeiros (Sindenfermeiro-DF) afirmou que defender uma política pública não significa ignorar falhas ou impedir críticas. A entidade declarou que valorizar o sistema também envolve cobrar financiamento, gestão adequada, melhores condições de trabalho e maior acesso aos serviços.

O Sindicato das Enfermeiras e dos Enfermeiros (SindEnf-DF) também defendeu a presença do assunto no exame. Segundo ele, "futuros profissionais precisam compreender sua atuação na garantia do direito à saúde".